

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MULHERES NA PRÉ-HISTÓRIA DOS LIVROS DIDÁTICOS: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS REPRESENTAÇÕES DO PALEOLÍTICO QUE SE ENSINA

Lolita Guimarães Guerra

Doutora em História; Professora da Faculdade de Formação de Professores da UERJ,
Pesquisadora do Labgen e do CCCP-Prék (Universidade Federal Fluminense)

lolitag@gmail.com

Resumo

Este trabalho sistematiza um conjunto de representações de mulheres na Pré-História que se ensina, mais especificamente nos livros didáticos de História do 6º Ano do Ensino Fundamental, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2020. Neles, observamos representações da divisão sexual do trabalho que sustentam, em contexto escolar, a maternidade como principal papel social a ser desempenhado por elas. Esta convenção não aparece no material escolar por meio de alusões a achados e sítios arqueológicos específicos, mas de associações que correspondem a modelos de Pré-história formulados nos séculos XIX e XX, selecionadas de uma forma acrítica que desconsidera os pressupostos de seus autores.

Palavras-chave: Ensino de História Antiga; Pré-História; História das Mulheres.

Introdução

As ideias de uma dada sociedade sobre as mulheres pressupõem a construção e a reafirmação constante de um certo passado. Este processo de formação da memória coletiva e da identidade não está submetido ao conhecimento acadêmico e aos métodos da História, mas passa também pelo Estado como seu maior e mais eficaz produtor, atuando na escola como lugar crucial (Guarinello, 2013, p. 8-10). Por isso, a presença de mulheres no Ensino de História não é mero resultado dos acordos entre a produção acadêmica e os movimentos sociais, mesmo quando as demandas desses campos se cruzam. Isso pode ser observado nos livros didáticos¹ que, ao tratarem da Pré-História, trazem elementos advindos de diferentes teorias sobre a evolução humana, que desde o

¹ A partir de Munakata (2012), Cassiano (2013), Freitas (2017) e Galzerano (2021), considero o livro didático como mercadoria centralizadora dos currículos prescritos determinados pelos sistemas de avaliação e enquanto parte das estratégias do capital internacional em duas frentes: a Base Nacional Curricular Comum e os conglomerados editoriais. Essa ingerência de interesses privados sobre a Escola envolve a formação dos professores em suas próprias disciplinas, pois essa função, segundo Freitas (2019, p. 47), é desempenhada também pelo livro didático. A resolução do Conselho Nacional de Educação 02/2020, que institui a BNC da Formação Inicial é uma etapa avançada da mesma política.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

século XIX propuseram papéis sexuais excludentes no desenvolvimento da cultura e de nossas capacidades enquanto espécie. Eles atuam como vetores da circulação dessas ideias sobre a Pré-História no ambiente escolar, remetendo a ela a origem de certas instituições atuais, privilegiadas em concepções específicas de civilização². Este é o caso da divisão sexual do trabalho como objeto da Pré-História.

Analiso aqui dados obtidos de nove dos onze³ livros aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2020, voltados para o 6º Ano do Ensino Fundamental e publicados em 2018⁴: *Araribá* (Fernandes / Moderna), *Estudar História* (Braick / Moderna), *Inspire História* (Seriacopi / FTD), *História.doc* (Vainfas / Saraiva), *História: escola e democracia* (Campos / Moderna), *História Sociedade & Cidadania* (Boulos / FTD), *Historiar* (Cotrim / Saraiva), *Teláris* (Vicentino / Ática), *Vontade de Saber* (Dias / Quinteto). Esta seleção permitiu trabalhar com um conjunto relativamente limitado de dados, a fim de testar uma metodologia para identificá-los e organizá-los. Temos então uma série documental relativamente coerente no que diz respeito ao seu contexto social de produção e circulação e de sua função prescrita, enquanto instrumento de política pública. Esses são livros de grande capilaridade na Escola brasileira, na medida em que o Programa distribui as coleções por ele aprovadas entre as instituições de Ensino Básico dos níveis federal, estadual e municipal. Esta seleção é portanto relevante para a construção de uma cultura histórica fomentada pelo Estado.

1. Pré-História e divisão sexual do trabalho

² Luis Ernesto Barnabé refletiu sobre o livro didático enquanto vetor de circulação de concepções de História Antiga, tanto nos volumes contemporâneos quanto nos compêndios do século XIX (2015; 2019). O uso de uma narrativa de “origens” foi discutido por Silva e Gonçalves em sua análise da História Antiga nos livros didáticos, os quais simplificam e descontextualizam nosso conhecimento sobre as instituições do passado (2001). Mario Liverani já havia chamado atenção para o problema em 1988 ao apontar como, fora da literatura especializada, o Antigo Oriente figura enquanto alteridade essencializada e “lugar de origem” com ares de dignidade incontestes graças pelo referencial bíblico (2016, p. 27-30).

³ Os limites materiais da pesquisa durante a quarentena contra o Coronavírus levaram à necessidade de trabalhar apenas com as versões digitais dos livros, das quais apenas nove estão acessíveis. No futuro será naturalmente necessário rever esses dados para incluir as coleções faltantes, assim como ampliar o escopo desta pesquisa, trazendo as coleções dos PNLDs anteriores e as não contempladas pelo Programa.

⁴ Ausentes desta análise estão *Geração Alpha* (Nemi / SM) e *Convergências* (Minorelli / SM). É pertinente observar todas essas publicações se resumem a quatro monopólios ligados ao grande capital privado (internacional e nacional de capital aberto) e organizações internacionais, o que inclui a igreja católica: a corporação alemã de comunicações Bertelsmann, que através da Penguin Random House abarca o Grupo Santillana, do qual faz parte a Moderna; a holding de ensino privado Cogna, que através da Somos Educação abarca a Ática e a Saraiva; a Fundação espanhola SM, originalmente ligada à Ordem Marianista; a congregação dos Irmãos Maristas, que através do Grupo Marista abarca a FTD e a Quinteto.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para desenvolver este trabalho, analisei os capítulos e seções dos livros didáticos sobre a Pré-História⁵, cujos dados sobre as sociedades paleolíticas pretendo discutir. Nelas, o eixo da divisão sexual do trabalho é o que mais frequentemente se faz presente na reflexão, não sobre uma Pré-História *das* mulheres, mas sobre as mulheres *na* Pré-História. A distinção é importante, pois significa, na prática, a possibilidade de dissociar a divisão sexual do trabalho de outros elementos relevantes para uma compreensão da origem das desigualdades entre homens e mulheres. Este tema costuma ser apresentado nos livros didáticos de maneira bastante convencional e sem referência a sítios e contextos arqueológicos específicos, o que permite seguir modelos problemáticos advindos das teorias sobre a evolução humana, cujas bases arqueológicas são bastante frágeis, sem colocá-los em questão ou abri-los a outras possibilidades.

As formas de divisão sexual do trabalho apresentadas nos livros didáticos figuram enquanto “construções de gênero”, ou seja, ideias socialmente construídas sobre os papéis adequados a homens e mulheres (Scott, 1995, 76). Considero “gênero” de duas maneiras. Primeiro, enquanto categoria interpretativa e organizadora de desigualdades sociais entre homens e mulheres. Em segundo lugar, como um sistema de desigualdades e de dominação, de significação das relações de poder e de diferenciação de status, segundo o qual homens e mulheres enquanto grupos implicados em relações sociais específicas – as relações sociais de sexo – são submetidos a modelos idealizados de comportamento (Guerra, 2021, 3). Por isso, as representações da divisão sexual do trabalho nos livros didáticos não constituem meras projeções teóricas, mas ferramentas pedagógicas passíveis de participação na legitimação ou na contestação das relações sociais de sexo, ou seja, em nossas percepções e ações perante o gênero.

Para a socióloga Danièle Kergoat, a divisão social do trabalho entre homens e mulheres é decorrente das relações específicas nas quais se envolvem homens e mulheres

⁵ Não discuto neste artigo os entendimentos desses autores sobre o que é a Pré-História. Mas aponto que considero os objetos da Pré-História em termos abrangentes, relativos ao conjunto das experiências humanas, diversas no tempo e no espaço, desde o surgimento dos primeiros hominídeos até o advento e o uso disseminado da escrita em cada comunidade estudada ou de sua descrição por agentes letrados externos. Em resumo, a Pré-História trata de contextos cujas realidades são estudadas pelos seus vestígios materiais. Em consonância com as reflexões de Marx e Engels em 1845-1846, reforço o caráter histórico deste longo período no qual os seres humanos desenvolveram formas de subsistência pelas quais se produziram os meios necessários à satisfação de suas necessidades (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). Sua produção e transformação está no cerne do caráter histórico das relações sociais e, com elas, das desigualdades materiais e de status (como, por exemplo, entre os homens e as mulheres).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

enquanto grupos em permanente tensão e em uma relação hierárquica, de poder e de dominação: as relações sociais de sexo (2004, p. 67, 71). Essas relações sociais específicas, para Kergoat, se encontram em todas as sociedades conhecidas e são estruturantes para o conjunto do campo social como um paradigma das relações de dominação, ainda que adaptadas historicamente de sociedade para sociedade. Assim, a divisão sexual do trabalho é marcada pela destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva⁶, além de caracterizar-se pela ocupação, pelos homens, de funções de alto valor social agregado (como as de ordem política, religiosa e militar). Seus dois princípios organizadores são a separação (segundo a qual há “trabalhos de homem” e “trabalhos de mulher”) e a hierarquização (pressuposição de que o trabalho do homem vale mais do que o da mulher). Kergoat assume esses princípios como universais, mas é importante destacar que ainda se encontra em aberto o debate sobre a possibilidade deles se estenderem ou não para a Pré-História. A pergunta sobre sua validade para as épocas mais remotas da História da humanidade reflete e põe em questão como encaramos o sistema de desigualdades em que estão implicadas as relações entre homens e mulheres no presente.

2. Quem é o sujeito da História na Pré-História?

A divisão sexual do trabalho, como temática ubíqua, se desenvolve com frequência nos livros didáticos, o conceito é pouco trabalhado. Em dois casos (Dias, 2018, p. 52; Seriacopi, 2018, p. 45), ele é apresentado, sem discussão, apenas nas seções do professor. O livro de Campos é o único que o traz à reflexão nas seções do aluno (2018, p. 58, 80). No que diz respeito ao Paleolítico, a caça e a coleta são associadas, respectivamente, a homens e mulheres. Essa associação aparece em todos os livros analisados. A formulação do par caçador-coletora projeta sobre a Pré-História noções sobre as mulheres segundo as quais elas não podem exercer atividades de risco em vista do cuidado de crianças, com o qual estariam integralmente ocupadas. O uso de expressões de flexibilização por alguns livros (Campos, 2018, p. 34; Cotrim, 2018, p. 44; Dias, 2018, p. 39; Fernandes, 2018, p. 41) não coloca, concretamente, a possibilidade de as mulheres participarem da caça. Não são mencionadas mulheres sem filhos, que não amamentassem, ou mesmo a possibilidade

⁶ Uma alternativa à dicotomia entre atividades “produtivas” e “reprodutivas” para a Pré-História foi apontada por Evelyne Peyre (1997, p. 16), a qual caracteriza como “não rotineiros” ou “originais” trabalhos como o entalhe de pedras, normalmente atribuído a homens.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de que algumas pessoas se encarregassem dos filhos de outras enquanto essas se ocupavam de atividades que o exigissem. Mesmo atividades de menor risco, como a pesca e a caça de pequenos animais não figuram como atividades passíveis de serem exercidas por mulheres.

Os livros reproduzem a imagem do caçador propagada por idealizações como o “Homem de Clóvis”, que supostamente caçava em pequenos grupos o urso-de-cara-achatada, possivelmente o maior predador da América do Norte ca. 11000 BP. Adovasio, Soffer e Page falam de um “mito de Clóvis”, constituído por projeções modernas de bravura, como a escultura oitocentista de Emmanuel Fremiet, na qual um gladiador, sozinho, enfrentava um urso (2009, p. 27-32). Como chamou atenção Marylène Patou-Mathis (2020, Intro., §1), esse ideal do caçador (que é também o “inventor” da cultura) carece de evidências arqueológicas. Como o da mulher coletora, ele deriva de teorias modernas sobre a evolução humana, e não dados arqueológicos.

A arqueologia de gênero na Pré-História obteve um grande salto nos últimos decênios, impulsionada pelo questionamento do modelo *Man the hunter* formulado principalmente pelos antropólogos Lee e DeVore (1968) e Washburn e Lancaster (1968). A popularização do caçador como sujeito da Pré-História em trabalhos de divulgação científica, manuais e discursos museológicos simplificou as teorias dos especialistas, que viam na caça o catalisador do desenvolvimento humano e destacavam, nesse processo, a família nuclear e a sociabilidade como estabelecimento de vínculos entre os homens (Fedigan, 1986, 32-33; Wiber, 2009, p. 23-26). Como resultado, as mulheres eram vistas como receptoras passivas das conquistas e invenções masculinas, incapazes de desempenhar um papel significativo na evolução em vista de sua ocupação como mães (supostamente incompatível com outras atividades). Impunha-se um paradigma de moderna família burguesa, segundo o qual os homens eram provedores e protetores de mulheres indefesas e improdutivas.

A crítica ao modelo do caçador foi trazida na década de 1970 por Sally Linton, a qual chamou atenção para a desumanização das mulheres em sua formulação: já que não caçavam e por isso não contribuía para a evolução, as mulheres não poderiam sequer ser reconhecidas como humanas (1975, 38-42). Alternativamente, Linton propôs um modelo centrado em desenvolvimentos derivados do vínculo entre mães e filhos a serem

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cuidados e educados. As primeiras hominídeas teriam se ocupado da coleta, do transporte e do compartilhamento de alimentos e, por isso, desenvolveram a primeira cultura material: ossos, bastões e machados usados para desencavar raízes e tubérculos e processá-los, além de cestas e bolsas para carregarem os filhos e os alimentos coletados. Essas “invenções culturais” femininas estariam na base tanto da cooperação masculina em expedições de caça quanto do desenvolvimento de armas (1975, 45-48).

O modelo de Linton deslocava os vínculos sociais das relações entre homens e da família nuclear para a relação mãe-filho, fazendo das mulheres unidades econômicas autônomas, sem a necessidade de machos como provedores e protetores. Em lugar disso, as mulheres seriam as inventoras e provedoras. Essas características não eram uma novidade na reflexão sobre a Pré-História, mas estiveram presentes desde o século XIX, quando o classicista Johann Bachofen desenvolveu sua teoria do matriarcado. Bachofen (1926, p. 105-107) via as mulheres fundamentalmente como mães amorosas, nutrizes e protetoras de seus filhos e do próprio vínculo da maternidade, o qual estaria na base do desenvolvimento da civilização (o sedentarismo, a invenção da agricultura, a fundação de cidades e a criação da religião). Esse modelo se tornará bastante popular nas décadas seguintes, na forma de uma vulgata bachofeniana acolhida por sujeitos sociais muito diversos, dentre eles o movimento comunista na Europa (Guerra, 2021). No Brasil, um dos caminhos de sua chegada foi o compêndio de História Antiga escrito por João Ribeiro para o Colégio Pedro II (1894, 57-59).

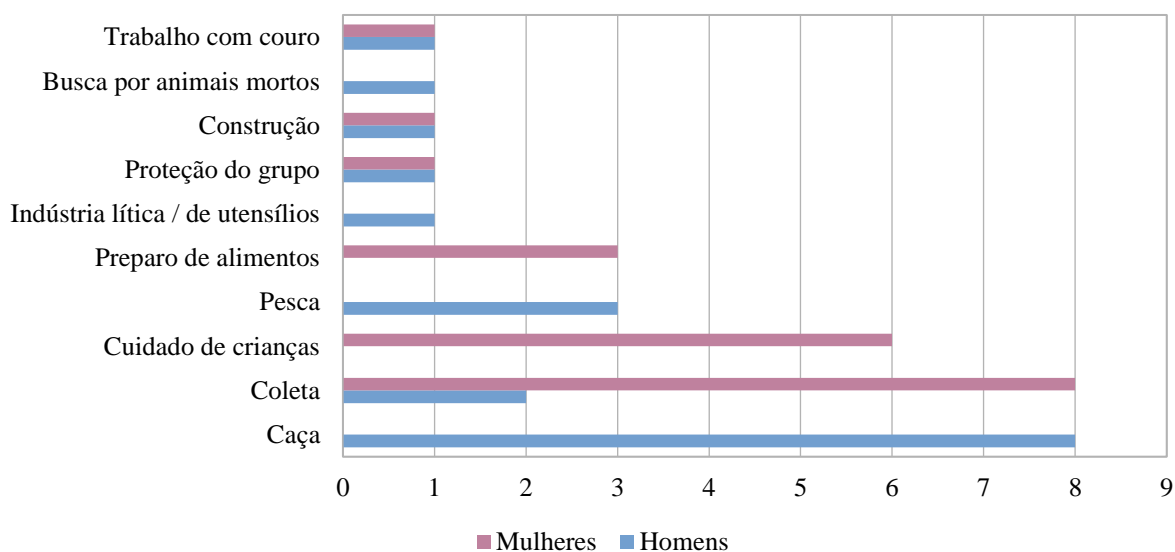
A partir da década de 1970, o modelo *Woman the gatherer* impulsionou a antropologia de Nancy Tanner e Adrienne Zihlman (1976), Frances Dahlberg (1981) e Margaret Ehrenberg (1989), as quais analisaram sociedades caçadoras-coletoras atuais, nas quais as mulheres forneciam, através da coleta, a parte mais substancial e cotidiana da dieta da comunidade. Uma das reações aos seus trabalhos foi a sobreposição dos modelos do caçador e o da coletora, fazendo da cooperação por meio da divisão sexual do trabalho a característica humana central (Isaac, 1978, p. 100). Esta abordagem foi criticada por Linda Fedigan (1986, 36), segundo a qual os fundamentos mutuamente excludentes das duas teorias (ou a cultura se baseia nos vínculos entre homens ou no vínculo mãe-filho) estavam sendo desconsiderados. Outro caminho, também incompatível com o da coletora, foi desenvolvido por Owen Lovejoy, o qual revisitou a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tese dos caçadores (agora coletores de alimentos vegetais), recolocando-os como únicos provedores de mulheres de cuja imobilidade dependia o sucesso reprodutivo. O modelo *Man the provider* de Lovejoy pressupunha que atividades produtivas e reprodutivas seriam incompatíveis, pois o investimento necessário ao cuidado de filhos vulneráveis impedia as mulheres de atuar na coleta (1981, 343-346).

A representação da divisão sexual do trabalho nos livros didáticos seleciona alguns dos pontos levantados por essas especulações e cria um amálgama em que, no Paleolítico, homens caçam e mulheres coletam, cuidam de crianças e preparam o alimento consumido por todos. Mas desconsideram elementos importantes das teses sobre a evolução, que atribuem a homens ou mulheres o desenvolvimento tecnológico e social. Atividades que possam estar associadas a esses processos são atribuídas raramente, mas quase de maneira equivalente para homens e mulheres:

Divisão Sexual do Trabalho entre grupos Caçadores-Coletores nos Livros Didáticos (PNLD 2020)



O que chama atenção nesses livros é a proposição manifesta de esferas de ação separadas para homens e mulheres, seguindo a concepção de divisão sexual do trabalho trazida por Kergoat. A presença do cuidado de crianças (e a produção de alimento, uma das dimensões do cuidado) como atividade feminina em 6 dos 9 livros vai nesse sentido (Braick, 2018; Campos, 2018, p. 34; Cotrim, 2018, p. 44; Dias, 2018, p. 39, 52; Vainfas, 2018, p. 33; Vicentino, 2018, p. 28, 34, 35, 47). As expressões de flexibilização (Campos,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2018, p. 34, Dias, 2018, p. 39), quando ocorrem, não chegam a colocar, concretamente, a possibilidade de que as crianças fossem cuidadas também pelos homens. Os livros seguem a tendência, comum nos modelos *Man the hunter* e *Man the provider*, de dissociarem as mulheres da caça. A construção do argumento de Vicentino sobre isso atribui vulnerabilidade e imobilidade às mulheres, esquecendo-se de que em sociedades caçadoras-coletoras mulheres são caracteristicamente móveis (2018, p. 35).

3. Caçadoras invisíveis

A imobilidade e a vulnerabilidade, associadas ao isolamento e à ausência de sociabilidade entre as mulheres, foram identificadas por Melanie Wiber (1997) como uma marca constante das representações populares da Pré-História nos Estados Unidos, inclusive em livros didáticos para o Ensino Básico. Ao contrário do que essas representações e as dos nossos livros dão a parecer, há boas razões para pensar que mulheres também podiam participar de atividades de caça em contextos paleolíticos, as quais demandariam mobilidade, sociabilidade e também alguma dose de risco⁷.

Exercida em um largo espectro espaço-temporal, a caça sempre envolveu também pequenos animais, de baixo fator de risco (Ehrenberg, 1989, p. 44-45). Porém, os livros só os mencionam em seções que falam dos modos de subsistência em geral, e não da divisão sexual do trabalho (Cotrim, 2018, p. 55; Braick, 2018, p. xxxviii [introdução ao professor], 43; Vicentino, 2018, p. 47; Boulos, 2018, p. 42, 59, 61; Seriacopi, 2018, p. 33). Da mesma forma, a busca por animais mortos, quando mencionada, é apresentada apenas como atividade masculina (Dias, 2018, p. 39) ou desvinculada da divisão sexual do trabalho (Braick, 2018, p. 43). As atividades de coleta desempenhadas pelas mulheres restringem-se, além disso, às sementes, frutos, folhas e raízes, desconsiderando-se a possibilidade do acesso à proteína animal por meio da coleta de ovos e mariscos (estes últimos uma escolha amplamente difundida entre comunidades litorâneas, ribeirinhas e lacustres passadas e presentes). Estes últimos são mencionados apenas em seções que

⁷ Uma abertura sutil a essa possibilidade é trazida por Campos. Em suas duas menções à divisão sexual do trabalho, a caça aparece como domínio masculino, mas uma delas tem alguma flexibilidade: “Em geral, os homens saíam em busca da caça e da pesca enquanto as mulheres, que cuidavam dos filhos, permaneciam nos acampamentos” (2018, p. 34). Porém, no livro são usadas fotografias de pinturas rupestres com cenas de caça descritas com termos não genericados (“seres humanos”, “grupos humanos”). Uma delas ocorre em seção do aluno (2018, p. 34), outra em seção do professor (2018, p. 54). Descrições semelhantes ocorrem em outros livros, nas seções do aluno e do professor (Dias, 2018, p. 44; Fernandes, 2018, p. 38).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

falam dos modos de subsistência de forma geral, desarticulada da divisão sexual do trabalho (Fernandes, 2018, p. 62; Cotrim, 2018, p. 55; Braick, 2018, p. 44, 64; Campos, 2018, p. 44; Vicentino 2018, p. 47; Vainfas, 2018, p. 48; Boulos, 2018, 61; Seriacopi, p. 32; Dias, 2018, p. 127). A única exceção a ultrapassar os produtos vegetais comumente citados incorpora ovos, larvas e mel (Braick, 2018, p. 43). É surpreendente que este seja o único caso.

A caça de pequeno porte, envolvendo armadilhas para animais terrestres e aves, é um fenômeno economicamente importante tanto em sociedades caçadoras-coletoras atuais quanto em sociedades históricas, como é o caso da Grécia dos séculos VI e V a.E.C. André Chevitaese chama atenção para esse fenômeno ao mencionar que, na *Caça* de Xenofonte, a maior ênfase é dada sobre a caça de um animal pequeno (a lebre), enquanto que nos vasos áticos de figuras negras e vermelhas os animais mais representados se destacam em ferocidade e em porte: o javali e o cervo, o que se explicaria pela ideologia aristocrática (2002, p. 29-36). Este ideal foi ressignificado ao longo do tempo, até chegar na modernidade, sempre como um referencial masculino, apesar da presença de mulheres em atividades de caça da aristocracia (Patou-Mathis (2020, Cap. 2.1.2.2 § 6).

De todo modo, direcionar a caça feminina aos pequenos animais seria uma solução infeliz, adequada a expectativas contemporâneas sobre o que é apropriado às mulheres, mas desprovida de bases arqueológicas. A cultura material aponta, simplesmente, que em alguns sítios mulheres caçavam. Um primeiro exemplo é trazido pelo trabalho de Evelyne Peyre, a qual debruçou-se sobre as ossadas e bens funerários de sítios da cultura Grossgartach, na Alsácia, datadas de ca. 6000 BP. As escavações encontraram pontas de flechas em dois enterramentos, um deles certamente feminino (o outro de sexo indefinido). É possível que na cultura Grossgartach homens e mulheres desempenhassem os mesmos trabalhos, pois as marcas em suas ossadas são consistentes com uma atividade cotidiana comum, talvez a produção cerâmica e/ou a moagem de grãos⁸. Além disso, mós, foices e machados são distribuídos nas tumbas em proporção, posicionamento e relação com outros objetos que parece independente do sexo dos mortos (1997, p. 15-17).

⁸ Çatal Höyük, na planície de Konya, na Turquia, e Abu Hureyra, no Norte da Síria, são dois sítios neolíticos cujas ossadas também parecem indicar tipos de trabalho e índices de mobilidade comuns para homens e mulheres (embora Çatal Höyük pareça ter sido uma sociedade marcadamente patrilocal) (Hodder, 2004, p. 79; Larsen et al., 2019, p. 12619; Meskell e Nakamura, 2009, p. 208; Molleson, 1994; Meskell e Pearson, 2013).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Um achado mais antigo do que os da Alsácia foi recentemente escavado no Peru, no sítio de Wilamaya Patjxa, distrito de Puno, datado de ca. 9000 BP. Ali foram encontrados cinco enterramentos, dois dos quais possuem pontas de lanças usadas para a caça de grandes animais. Uma dessas tumbas era de uma mulher. Além de seis pontas de lanças, junto com ela também foram encontradas ferramentas líticas como uma faca, pequenas lâminas, raspadores e picadores, além de nódulos de ocre. Esses bens podem ter sido usados para remover a carne das presas, extrair a medula óssea, retirar, raspar e tingir o couro. Parece não tratar-se de um caso isolado. Randall Haas analisou este achado no contexto de outros enterramentos nas Américas da mesma época, nos quais há também associação entre mulheres e ferramentas de caça. Ele chegou à conclusão de que a participação das americanas na caça deve ter sido bastante significativa entre o final do Pleistoceno e o início do Holoceno, com 30 a 50% da população feminina dedicando-se a essa atividade – índice consideravelmente maior do que o observado nas sociedades caçadoras-coletoras modernas (2020, p. 4-5). Porém, no mesmo artigo, Haas chama atenção para a dificuldade de se ler esse material, tanto em vista da qualidade das informações sobre a associação e datação dos artefatos e ossadas, quanto a própria identificação do sexo dos indivíduos. Um dado interessante para o qual ele chama atenção é que algumas das enterradas eram crianças e, por isso, não devem ter participado da caça diretamente. A presença de armas mostraria que as concepções de gênero de suas comunidades associava fêmeas à caça de grandes animais (2020, p. 4). Ou seja, não trata-se aqui de identificar caçadoras individualmente, mas de reelaborar como nos referimos à divisão sexual do trabalho na Pré-História a partir de como determinadas comunidades associavam ou não mulheres à caça.

4. A hipótese da invenção da agricultura pelas mulheres

A arqueologia dispõe de numerosos exemplos de sítios pré-históricos nos quais homens e mulheres parecem ter partilhado as mesmas atividades, seja pela análise dos ossos, seja pela dos bens funerários depositados com eles. Mas os livros didáticos não seguem o caminho aberto por essas investigações e sim o do debate sobre a evolução. A representação dos sítios neolíticos trazidas por eles fornece apenas um desdobramento do modelo de sobreposição entre o homem caçador (agora pescador e pastor) e a mulher

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

coletora-cuidadora (agora agricultora). É importante chamar atenção que o fator de transição entre a caça-coleta e a agricultura é, por vezes, atribuído às mulheres (como fizeram os proponentes da Pré-História matriarcal desde Bachofen).

A tese da invenção feminina da agricultura é apontada em 4 dos 9 livros. Todos eles utilizam expressões que relativizam a hipótese, como “acredita-se” (Boulos, 2018, p. 44; Braick, 2018, p. 44; Fernandes, 2018, p. 41) e “possivelmente” (Campos, 2018, p. 48). Em dois casos a coleta não é apresentada diretamente como fator causal: Campos, que a atribui à imobilidade das mulheres, que permaneciam mais tempo no acampamento do que os homens; e Boulos, que não a menciona como atividade feminina em momento algum. Em seção ao professor, este último ainda justifica a presença da hipótese como objeto do ensino pela necessidade de dar “visibilidade ao protagonismo feminino”, na medida em que uma antiga história “machista e eurocêntrica” por muito tempo omitiu a participação das mulheres no processo Histórico” (*loc. cit.*). É preocupante que a inserção de mulheres na narrativa da Pré-História deva se dar em termos que consolidam uma perspectiva de domesticidade e do paradigma da “mulher nutriz”, os quais não se baseiam em qualquer dado arqueológico incontestado, mas em um modelo vitoriano requeitado para as obsessões contemporâneas de “protagonismo” e “representatividade”. É importante notar que, mesmo sempre mantendo a descoberta da agricultura pelas mulheres como uma possibilidade e não como uma certeza, palavras como “hipótese” ou “tese” não são utilizadas nesses livros.

Este seria um momento oportuno de discutir os métodos do historiador e refletir como a hipótese da invenção feminina da agricultura tornou-se aceita, em grande medida, pelo modelo *Woman the gatherer*, cujos dados para essa hipótese, advindos da etnografia e da arqueologia são indiretos, sem garantias de confirmação ou refutação. Nada comprova que a agricultura tenha sido uma invenção feminina, na medida em que a observação do ciclo vegetal pode ter sido feita por qualquer indivíduo em cada um dos grupos pré-históricos que se tornaram agricultores. Nada garante, também, que o mesmo grupo social tenha sido responsável em todos os sítios (Ehrenberg, p. 85-86). Apesar da constância dos modelos “mulher coletora” e “mulher agricultora” na etnografia, há também casos em que a divisão sexual do trabalho não corresponde a essas convenções

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(Ehrenberg, 1989, p. 38-40, 51-56, 65, 80). Mas o paralelo com caçadores-coletores e horticultores do presente pode adulterar nossa interpretação dos vestígios pré-históricos:

O principal problema de se usar paralelos etnográficos dessa forma, mesmo que com a maior cautela, é a possibilidade muito real de que nenhuma sociedade de hoje em dia ou do passado recente compartilhe padrões sociais, políticos ou religiosos com algumas daquelas do passado distante, mesmo que elas possuam, superficialmente características tecnológicas e econômicas em comum (...). Um modelo derivado da antropologia ainda precisa ser rigorosamente testado em contraste com os dados arqueológicos, e a possibilidade de que uma sociedade do passado tenha sido totalmente diferente de qualquer coisa que exista hoje deve certamente ser considerada se os dados o autorizar (Ehrenberg, 1989, p. 16-17).

Os vestígios indiretos de uma invenção feminina da agricultura apontam, no máximo, para uma maior participação de mulheres em atividades que se relacionam ou podem estar relacionadas com a agricultura. Por exemplo, em algumas comunidades neolíticas mós foram depositadas exclusivamente junto a túmulos femininos, a exemplo de sítios de Cerâmica Linear, na Europa Central (Whittle, 1985, 90). Esses achados apontam somente que para essas comunidades o modelo “mulher moedora de grãos” constitui o gênero (Ehrenberg, 1989, 29).

Um segundo tipo de vestígio indireto são os ossos dos esqueletos, mais especificamente dos fêmures que, nas pessoas de maior mobilidade, desenvolvem um alonga crista em seu comprimento. A esse respeito, Adovasio, Soffer e Page (2009, p. 253-254) dão um panorama da pesquisa da falecida Marsha Ogilvie, a qual comparou os fêmures de três tipos de comunidades diferentes: grupos caçadores-coletores do sudoeste do Texas atual; um *pueblo* agrícola do Novo México abandonado no s. XVI, pouco antes da chegada dos europeus; e um sítio de 3500 BP, da cultura Cochise no Arizona, a qual estava transitando da coleta para a agricultura. Ela observou que os no grupo coletor-caçador do Texas e no *pueblo* do Novo México (um caso não-agrícola e um caso agrícola) os ossos apresentavam poucas distinções para homens e mulheres, que eram ou igualmente móveis ou igualmente sedentários. Mas o sítio Cochise apresentou uma diferença, com os homens mantendo a mobilidade e as mulheres perdendo-a por completo (seus fêmures não possuíam a crista e eram menos robusto, sinal de uma vida mais sedentária).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Note-se que estamos aqui mais próximos de afirmar modelos de divisão sexual do trabalho do que de dizer que as mulheres foram as agentes da invenção da agricultura. Esses achados não nos permitem dizer que grupo social “inventou” a agricultura, nem podem ser usados para estabelecer uma explicação geral para todas as comunidades neolíticas. A preocupação com a presença das mulheres na História deve ser tomada com cautela e tratada com rigor, se não queremos reproduzir o modelo doméstico e, ao mesmo tempo, afirmar às meninas e mulheres de nosso país que o que diz respeito à nossa história pode ser construído por bases tão insólitas.

Conclusão

Ao tratar da divisão sexual do trabalho, o livro de Campos traz uma reflexão sobre os papéis de gênero no mundo contemporâneo e propõe uma pesquisa, pelos estudantes, em que eles devem entrevistar pessoas diferentes para saber quais são os jogos apreciados por elas, dividindo as respostas entre femininas e masculinas (2018, p. 52). Na seção do professor, que justifica a atividade, é afirmado que a “diferenciação de papéis sociais” “se estabelece desde a Pré-História” e “será consagrada com a divisão sexual do trabalho” (*loc. cit.*). Esta longevidade da divisão sexual do trabalho, supostamente desde o Neolítico, é estabelecida também por Cotrim (2018, p. 42), com a proposta de que os estudantes se questionem sobre a divisão de tarefas em suas casas. Porém, a ideia de que a moderna divisão sexual do trabalho tem origens na Pré-História gera uma continuidade ininterrupta entre passado e presente que pode sublimar as condições materiais sobre as quais ela se assenta hoje, naturalizando a associação entre maternidade e imobilidade, domesticidade e isolamento.

A forma como representamos e pensamos sobre a Pré-História tem impactos diretos sobre nossas interpretações e ações no presente. Como chamam atenção Conkey e Spector, a arqueologia tem o potencial de fornecer as bases de uma “mitologia de gênero” específica, justificando um conjunto de crenças “sobre o significado de masculino e feminino, sobre as capacidades de homens e mulheres e suas relações e sobre seus papéis apropriados na sociedade” (1984, p. 1). Se a arqueologia tem esse potencial, ele é expandido nos discursos construídos sobre a Pré-História nos livros didáticos, supostamente amparados na pesquisa científica cujo rigor demanda constantes reavaliações e a inclusão de novos dados. Porém, neles, a ausência dos dados

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

concretamente disponíveis sobre a Pré-História das mulheres, combinada ao uso indiscriminado de teorias sobre a evolução cujos pressupostos são tanto questionáveis quanto incompatíveis, contribui para a construção de uma imagem mitificada tanto da Pré-História quanto das mulheres na Pré-História. Esses mitos não estão lá, no passado, mas formulam as nossas concepções sobre como as mulheres devem ser no presente. Sua presença nos livros didáticos, ferramenta de formação de crianças, jovens e professores, não é um resquício inocente de ideias ultrapassadas, mas uma armadilha para qualquer projeto sério de emancipação do Patriarcado, travestida de “protagonismo”, como bem demanda o discurso liberal vigente.

Referências bibliográficas

- ADOVASIO, Jim; SOFFER, Olga; PAGE, Jake. *O Sexo Invisível*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BACHOFEN, Johann. Mother Right. In: *Myth, religion and mother right* (1861). New Jersey: Bollingen, (1926) 1967.
- BARNABÉ, Luis Ernesto. De olho no presente: História Antiga e Livros Didáticos no século XXI. *OP SIS*. Catalão-GO, v. 14, n. 2, p. 114-132, 2014.
- BOULOS, Alfredo. *História Sociedade & Cidadania*. São Paulo: FTD, 2018.
- BRAICK, Patrícia; BARRETO, Anna. *Estudar História*. São Paulo: Moderna, 2018.
- CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. *História: escola e democracia*. São Paulo: Moderna, 2018.
- CASSIANO, Célia. *O mercado do Livro didático no Brasil do século XXI*. São Paulo: UNESP, 2013.
- CHEVITARESE, André. A caça na *pólis* ateniense nos períodos arcaico e clássico. *Phoênix*, n. 8, 2002.
- COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar*. São Paulo: Saraiva, 2018.
- CONKEY, Margaret. SPECTOR, Janet. Archaeology and the study of gender. In: SCHIFFER. *Advances in Archaeological method and theory*, v. 7. Orlando: Academic Press, 1984.
- DAHLBERG, Frances (ed.). *Woman the Gatherer*. New Haven: Yale, 1981.
- DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. *Vontade de Saber: História*. São Paulo: Quinteto, 2018.
- EHRENBERG, Margaret. *Women in Prehistory*. London: British Museum, 1989.
- FEDIGAN, Linda. The changing roles of women in models of human evolution. *Annual Review of Anthropology*, v. 15, 1986.
- FERNANDES, Ana Claudia (Ed.). *Araribá mais: história*. São Paulo: Moderna, 2018.
- FREITAS, Itamar. Livro Didático. In: FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida (coord.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- FREITAS, Luiz Carlos de. BNCC: os primeiros impactos nos materiais didáticos. In: *Avaliação Educacional*. Publicado em 14/06/2017. Disponível em <https://avaliacaoeducacional.com/2017/06/14/bncc-primeiros-impactos-nos-materiais-didaticos/>. Acesso em 06/08/2021.
- GALZERANO, Luciana. A educação vai ao mercado financeiro: Somos Educação em debate. *Revista HISTEDBR Online*. Campinas, v. 21, p. 1-21, 2021.
- GUERRA, Lolita. Pequeno histórico do “Matriarcado” como hipótese para a interpretação da Pré-História. *Mare Nostrum*, v. 12, n. 1, 2021.
- GUARINELLO, Norberto. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HAAS, Randal et al. Female hunters of the early Americas. *Science Advances*, v. 6, 2020.
- HODDER, Ian. Women and men at Çatalhöyük. *Scientific American Special Editions*, v. 290, n. 1, 2004.
- ISAAC, Glynn. The Food-sharing Behavior of Protohuman Hominids. *Scientific American*, v. 238, n. 4, 1978.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In Hirata, Helena et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, (2004) 2009.
- LARSEN, Clark et al. Bioarchaeology of Neolithic Çatalhöyük reveals fundamental transitions in health, mobility, and lifestyle in early farmers. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 116, n. 26, 2019.
- LEE, Richard; DEVORE, Irene. *Man the hunter*. NY: Aldine, 1968.
- LOVEJOY, Owen. The origin of Man. *Science*, v. 211, n. 4480, 1981.
- LINTON, Sally. Woman the Gatherer: Male Bias in Anthropology. In: Jacobs, Sue-Ellen (ed.). *Women in Perspective*. Chicago: University of Illinois Press, 1971.
- LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente*. São Paulo: EdUSP, 2016.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, (1845-1846) 2007.
- MESKELL, Lynn; NAKAMURA, Carolyn. Articulate bodies: forms and figures at Çatalhöyük. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 16, 2009.
- MESKELL, Lynn; PEARSON, Jessica. Isotopes and Images: Fleshing out Bodies at Çatalhöyük. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 20, n. 3, 2013.
- MOLLESON, Theya. The Eloquent Bones of Abu Hureyra. *Scientific American*, v. 271, n. 2, 1994.
- MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, 2012.
- PATOU-MATHIS, Marylène. *L’homme préhistorique est aussi une femme. Une histoire de l’invisibilité des femmes*. Paris: Allary, 2020 (formato digital).
- PEYRE, Evelyne; WIELS, Joëlle. Le sexe biologique et sa relation au sexe social. *Les temps modernes*, n. 593, 1997.
- RIBEIRO, João. *História Antiga I. Oriente e Grécia*. Rio de Janeiro: Alves e Cia., 1984.
- SCOTT, Joan. Gênero. Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*, v. 20, n. 2, (1988) 1995.
- SERIACOPI, Reinaldo; AZEVEDO, Gislane. *Inspire História*. São Paulo: FTD, 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

TANNER, Nancy; ZIHLMAN, Adrienne. Women in evolution. Part I: Innovation and selection in human origins. *Signs*, v. 1, 1976.

VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila; CALAINHO, Daniela. *História.doc*. São Paulo: Saraiva, 2018.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Teláris*. São Paulo: Ática, 2018.

WASHBURN, Sherwood; LANCASTER, Chet; The evolution of hunting. In: LEE, Richard; DEVORE, Irene. *Man the hunter*. NY: Aldine, 1968.

WHITTLE, Alasdair. *Neolithic Europe*. Cambridge: Cambridge UP, 1985.

WIBER, Melanie. *Erect men/undulating women: the visual imagery of gender, "race" and progress in reconstructive illustrations of human evolution*. Waterloo: Wilfrid Laurier UP, 1997.